

As Elites Políticas num Concelho da Área Metropolitana do Porto*

Maria Manuela Mendes**

Resumo: Neste artigo sintetizam-se alguns dos resultados mais significativos de uma investigação que incidiu sobre o perfil-tipo dos eleitos locais, bem como sobre as estratégias de recrutamento, geralmente accionadas pelos partidos com representação local. Por outras palavras, quisemos saber quem são de facto as “figuras políticas” que sobressaem no tecido social local. No sentido de responder a esta questão, coligimos alguns dados relativos ao “background” social e pessoal dos autarcas, de forma a esboçarmos uma espécie de perfil-tipo dos eleitos. Saliente-se ainda que, o capital político (associado a outros tipos de capital-social, económico, escolar, etc) que o autarca coloca no mercado político local não é apenas fruto da sua participação nas estruturas político-partidárias (socialização política), mas resulta também da sua inserção nas associações com sede local.

“ O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.”

Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*¹

Preliminares

Este texto tem por base um estudo de caso, efectuado no concelho de Gondomar, concelho este que se insere na Área Metropolitana do Porto².

O nosso interesse incidu sobre os *actores* que mais activamente investem no *jogo político*, que decorre no *campo político* local. Utilizando a terminologia de Pierre Bourdieu, podemos dizer que o campo político local está longe de se esgotar na mera soma das pessoas que se consagram à política, devendo antes ser concebido como “o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na

* Este texto resulta de um estudo de natureza mais ampla, que foi realizado pela autora no ano lectivo de 1991/92, no âmbito do Seminário de Investigação - Poder Local e Desenvolvimento, do 5º ano da licenciatura em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

maioria dos casos do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político³. Nesta perspectiva, o campo político poderá ser considerado como um sistema de agentes e de posições portadoras de sentido, enquanto palco de criação, de expressão e de apelos indispensáveis à legitimação política.

Os protagonistas que, de uma forma geral, concorrem entre si e entram em competição pelos lugares de poder nas autarquias locais, constituem aqui o nosso pólo de interesse. A este propósito não será supérfluo referir que o normal funcionamento do regime democrático e a institucionalização das estruturas da Administração Autárquica têm produzido, a nível local, figuras políticas que sobressaem no tecido sócio-político local — os Presidentes de Junta, os Vereadores, o Presidente de Câmara, os Deputados Municipais, etc. Estamos, assim, perante figuras que se salientam no interior da esfera política em que actuam, tecendo relações de poder *suficientemente estáveis*, (*em termos de permanência no tempo*), *fortes* (*em termos de intensidade relacional*) e *ambíguas* (*em termos de conteúdos relacionais*), sem contudo ultrapassar os contornos da sociedade local⁴.

Partimos do ponto de vista teórico segundo o qual a evolução que se tem vindo a desenhar desde o 25 de Abril parece configurar um novo tipo de agentes, de papéis e até mesmo uma nova forma de exercer a política a nível local. Em princípio, é de admitir que se tem vindo a registar uma formação de elites diferentes das existentes no passado. Neste plano de ideias, parece posicionar-se A. Teixeira Fernandes que nos dá conta do grau de profundidade dessas mutações, ao afirmar que se tem vindo a operar uma nítida mudança ao nível “das categorias sócio-profissionais, com consequências visíveis na relação que se estabelece entre o poder autárquico e a sociedade”⁵ local.

Se, por breves instantes, lançarmos um olhar retrospectivo ao nosso passado não muito longínquo, fácil nos é recordar que, no período que antecedeu o 25 de Abril de 1974, os actores que predominavam e que se consagravam às actividades político-partidárias eram os designados “notáveis”⁶. O “notável” representava interesses que gravitavam numa órbita meramente pessoal, funcionando como “canal de mediação” ou intermediário entre as populações (sociedade fechada) e o Estado (sociedade global). A posse de propriedade fundiária (proprietário agrícola), da autoridade legal (regedor), do sagrado (padre) e do saber (professor) conferiam a esses indivíduos uma posição privilegiada na comunidade. O poder político derivava assim e confundia-se com o poder social dos “notáveis”.

Porém, com o eclodir da Revolução de Abril e com a institucionalização da democracia, surgem novos canais de expressão político-partidária, sendo agora neles que o jogo da política nacional e local se desenrola. Desde logo, os partidos afiguram-se como os canais quase exclusivos da mediação política, assumindo-se, em consequência, como os principais responsáveis pela mobilização e participação de novos grupos sociais ou de grupos que, no período anterior a

1974, não se encontravam representados, quer nos partidos, quer nos órgãos locais do poder⁷.

Por outro lado, com o desenvolvimento da comunicação política, com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e, mais recentemente, ao Mercado Único, assiste-se, a par da crescente internacionalização e interdependência da nossa economia, à valorização da pequena escala, das identidades e culturas locais, dos circuitos económicos locais, das pequenas e médias empresas, enquanto factores potenciadores da integração dos territórios locais face à concorrência internacional e à diluição das fronteiras (físicas, económicas, culturais, comunicacionais, etc.).

Neste contexto, torna-se inviável qualquer gestão da autarquia circunscrita à representação de interesses meramente locais e assente em vínculos de carácter pessoal. A figura de “notável” deixa, deste modo, de ter capacidade de dar resposta à variedade de necessidades e solicitações que emergem das sociedades locais e que exigem de forma crescente intervenções de cariz público e colectivo. Em consequência, não é já possível identificar de forma automática o autarca com o “notável”, como acontecia no passado.

Actualmente, a par da concorrência dos “notáveis”, ou seja, daqueles que são os detentores mais antigos de capital e de status mas que hoje em dia conhecem um acentuado declínio na sociedade local, concorrem aqueles que apresentam uma recente “pujança económica”, a que por vezes se associa um elevado capital escolar, procurando, por isso, um certo reconhecimento social. Trata-se de “*novos actores políticos*” recém-chegados à actividade político-partidária, em virtude de fenómenos como a “*recomposição das classes sociais* (portadoras de outros projectos)” e da “*procura de distinção*” com suficiente visibilidade social, o que, na nossa perspectiva, será um dos factores que levará alguns elementos das “novas classes” a investir na actividade política⁸.

Tudo indica que, de facto, actualmente *é maior a diversidade das elites potencialmente interessadas na actividade política*. Daí, a pertinência em saber quais as “zonas sociais” que geralmente servem de base social de recrutamento aos partidos com incidência local. Existirá um conjunto de características ou atributos que potenciarão a possibilidade de um indivíduo se tornar de facto num eleito local?

No sentido de responder a esta questão, e de modo a traçar um perfil aproximado do eleito local, partimos do universo dos autarcas eleitos nas três últimas eleições locais, 1982/85/89, e interrogámos alguns dos eleitos à Câmara (13 indivíduos), à Assembleia Municipal (17 indivíduos) e alguns Presidentes de Junta (21 indivíduos). De referir que constitui nosso intento apreender as semelhanças e diferenças existentes entre os eleitos locais por órgão e por partido, procurando-se, por esta via, discernir traços de uma eventual homogeneidade e/ou especificidade. Nesta sequência, coligimos dados relativos ao “background” social e pessoal dos autarcas — ao seu capital social, económico, cultural, político e simbólico, bem como à sua inserção na sociedade local. Um dos objectivos desta pesquisa foi, precisamente, procurar identificar os tipos de capitais presen-

tes nos eleitos locais, uma vez que as próprias estratégias de recrutamento postas em prática pelos partidos com representação local colocam em jogo as várias espécies de capital. Não queremos deixar de realçar a particular importância do *capital simbólico*. A participação e a inserção dos eleitos nas associações locais configura-se como uma importante fonte de socialização (política) e de aquisição de capital simbólico, o qual se manifesta na “*notoriedade*” e na “*popularidade*” — “firmado no facto de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação” — é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios...”⁹

Associações locais e eleitos locais são dois domínios que aparecem muito interligados no universo do autarca português, sobretudo na Região Norte¹⁰. Grande parte dos estudos realizados neste âmbito, quer na Europa¹¹, quer em Portugal, constataram no plano empírico que as associações locais (culturais, desportivas, recreativas, económicas) têm vindo a prefigurar-se como a “principal via de acesso ao poder autárquico”, sendo também uma fonte geradora de fidelidades e de redes clientelistas¹². Daí, ser nosso objectivo avaliar em que medida as colectividades do concelho em análise têm vindo a assumir-se como a principal (ou uma das principais) plataformas de acesso aos lugares de poder nos órgãos autárquicos.

A reflexão aprofundada que aqui iremos efectuar aos resultados obtidos, poderá contribuir, eventualmente, para uma maior visibilidade e até aproximação entre eleitos locais (representantes) e população local (representados). Por outro lado, esta abordagem visa enriquecer, até pelas dimensões da realidade que “põe a nu”, o património do saber sociológico, relativo às dinâmicas do poder local em Portugal.

Em síntese, procederemos aqui a uma análise que obedece a três passos fundamentais: analisaremos numa primeira parte as particularidades inerentes ao perfil dos autarcas para, em seguida, numa segunda parte, as relacionarmos com as estratégias de recrutamento que geralmente são utilizados pelos partidos locais, e finalmente faremos uma breve alusão ao trajecto político-partidário dos autarcas.

O perfil-tipo dos eleitos locais — algumas especificidades

Passaremos de imediato a apresentar algumas das especificidades do perfil dos autarcas que nos foram reveladas pelo estudo interligado de algumas das variáveis de caracterização social (objectiva) — sexo, idade, grau de localismo, nível de instrução, categoria sócio-profissional e classe social.

Apesar do grupo dos eleitos, aparentemente, nos surgir “dentro da sua relativa homogeneidade”, veremos mais à frente que estamos perante um *grupo fracturado*, que se cinde internamente — pela “diversidade, equilíbrio e assimetrias” dos percursos individuais dos seus membros.

Ao contribuir para um melhor conhecimento do grupo dos eleitos locais, esta análise intenta clarificar a relação entre os diferentes grupos sociais e sócio-profissionais e a sua representação política, o que não é mais do que uma forma de avaliar a correspondência entre os eleitos e a estrutura social local (eleitores).

1. Em primeiro lugar, podemos desde já afirmar que o exercício de cargos autárquicos e partidários continua a ser um domínio onde *a diferença entre homens e mulheres é ainda bem marcante*.

De facto, os resultados por nós apurados parecem não fugir a duas regras. A primeira aponta para uma menor participação feminina nos partidos políticos. A outra, em que as mulheres participam, mas não detêm o poder, sendo-lhes vedado embora não oficialmente, o acesso ao mesmo¹³. Daí, não ser surpreendente que, num total de 54 entrevistados, apenas 5,9% de eleitos sejam do sexo feminino, concentrando-se estes na Assembleia Municipal e Presidências de Junta (funções fiscalizadoras e deliberativas), sendo de sublinhar a sua ausência quer do executivo municipal, quer da direcção dos partidos locais (vidé Quadro 1). Igualmente revelador desta tendência é o estudo efectuado em França por Jeannine Verdés Leroux que, num total de 327 Presidentes de Câmara, detectou a presença de apenas 10,4% de autarcas do sexo feminino.

Paradoxalmente, ainda que, nas sociedades hodiernas, o espaço de possibilidades para ser mulher se tenha ampliado, a inserção das mulheres em estruturas associativas e político-partidárias não se tem feito com a mesma intensidade que se denota noutros domínios (como, por exemplo, no mercado do trabalho e no ensino). Parece justificado concluir-se que as hipóteses de uma mulher aceder aos cargos políticos mais proeminentes são escassas, o que não resulta tanto de especificidades inerentes à região ou ao concelho em análise, ou até ao próprio cargo em si, mas sim da repercussão no plano da política local de “determinismos sociológicos”¹⁴ mais gerais. Maria Weber sintetiza de forma incisiva algumas dessas condicionantes, a saber: “... constrangimentos estruturais (segregação no emprego, fardo das tarefas domésticas); constrangimentos culturais simultaneamente em sentido geral (sendo a sua cultura política “não participativa”) e num sentido particular, visto que a maioria das mulheres tiveram durante séculos — e continuam a ter — um grau de instrução inferior ao dos homens, daí uma menor capacidade para compreender a informação política e de se interessar por ela”. Por outro lado, as mulheres experimentam algumas dificuldades em conciliar as funções políticas, que exigem uma actividade activa e permanente, com a vida familiar e/ou profissional. A acumulação de papéis nestas três instâncias em que participam (organizações várias, local do trabalho e agregado familiar), origina uma situação de tensão e conflitualidade interior permanente, uma vez que “implica uma relação social caracterizada por expectativas normativas contraditórias em relação a atitudes, crenças e comportamentos.”¹⁵

Quadro 1: Composição sexual e por grupo etário dos autarcas locais eleitos em 1982, 85 e 89 para os órgãos autárquicos do concelho

Grupos Etários	P. J.		A. M.		C. M.		Tot. Grupo
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
<=24							
25-29							
30-34			5.9%	5.9%			3.9%
35-39	10%	5%	11.8%		14.3%		13.7%
40-44	15%		5.9%		21.4%		13.7%
45-49	25%		23.5%		35.7%		27.5%
50-54	10%		11.8%	5.9%	21.4%		15.7%
>=55	35%		29.3%		7.1%		25.5%
Total	95%	5%	88.2%	11.8%	100%		100%

No que toca aos *grupos etários*, nos quais os eleitos se posicionam, encontramos dois escalões etários com um peso muito semelhante entre si. Por um lado, cerca de 27,5% dos autarcas situam-se no grupo dos 45-49 anos de idade; por outro, cerca de 25,5% enquadram-se no grupo de idades igual ou superior a 55 anos. Em síntese, o poder está nas mãos da faixa etária que vai dos 45 aos 55 anos de idade (vidé Quadro 1).

Se atendermos ao órgão para que foram eleitos, detectámos algumas diferenças assinaláveis. A Assembleia Municipal e a Junta de Freguesia são os órgãos que apresentam uma estrutura mais envelhecida. Em particular, no que se refere aos Presidentes de Junta, tal pode prender-se com razões de ordem social e, sobretudo, simbólica. Não podemos ignorar que, de facto, eles são normalmente os símbolos de identidade, vitalidade e perenidade da freguesia enquanto grupo social, havendo indícios que apontam para uma tendência no sentido de uma certa longevidade quer etária, quer na “carreira política local”.

A explicação de uma certa tendência para o “envelhecimento” dos eleitos locais poderá ser procurada na existência de um conjunto de “ritos de passagem” e de um fenómeno de amadurecimento dos autarcas pelos lugares que vão ocupando ao longo da sua trajectória política, o que nos indicia a existência ao longo do tempo de uma elite ou de elites políticas locais, na medida em que se tende a privilegiar aqueles que detêm já longos anos de prática política.

2. Atentaremos agora ao aspecto relativo à “*cidadania local*”, que pode ser definido como fenómeno resultante da “inserção do indivíduo numa comunidade particular regional”¹⁶. De modo a inteligir esta faceta dos eleitos locais, fomos averiguar se os detentores de funções de poder nas instituições políticas da “comunidade” em estudo pertenciam também a essa mesma “comunidade”.

Neste plano de ideias, importa referir que o grau de inserção do autarca na sociedade local irá ser avaliado com base na análise de dois indicadores: por um lado, a *residência e local de trabalho* dos eleitos no próprio concelho e, por outro, a *participação dos autarcas nas associações locais* (este aspecto será retomado mais à frente).

Se visualizarmos o Quadro 2, fácil nos é verificar que mais de metade dos autarcas nasceram e residem actualmente no concelho de Gondomar — cerca de 62,7%. Esta observação é tanto mais pertinente no que se refere aos eleitos para os executivos de freguesia e municipal. Estamos, assim, perante indivíduos fortemente enraizados na comunidade local. Por seu turno, os não naturais do concelho apresentam um peso mais significativo no grupo dos eleitos à Assembleia Municipal, com 58,8%. Porém, o seu grau de localismo é elevado, dado que cerca de 90% residem no concelho há mais de 20 anos (vidé Quadro 2).

Importa salientar ainda que os Presidentes de Junta parecem ser de todos os autarcas aqueles que apresentam uma melhor inserção profissional na sociedade local. Com efeito, cerca de metade destes eleitos têm como área de trabalho o próprio concelho. Daí se poder concluir que, particularmente no que concerne aos Presidentes de Junta, a sua proximidade com a população tenderá a ser ainda mais estreita (vidé Quadro 2).

Quadro 2: Localismo dos eleitos em 1982, 85 e 89, por órgão autárquico no concelho

	P.J.	A.M.	C.M.	Total
NATURAIS E RESIDENTES NO CONCELHO	70%	41.2%	78.6%	62.7%
NÃO NATURAIS E RESIDENTES NO CONCELHO	30%	58.8%	21.4%	37.3%
RESIDÊNCIA LOCAL HÁ MAIS DE 20 ANOS	66.6%	90%	100%	84.2%
TRABALHO NO LOCAL	50%	41.1%	42.8%	45.1%

3. Vamos incidir agora o nosso interesse no grau de qualificação escolar dos autarcas. Podemos desde já adiantar que parece esboçar-se uma dicotomia entre os eleitos para a autarquia local (junta de freguesia) e os eleitos para as autarquias municipais, dicotomia essa que se consubstancia no grau de escolaridade e de “responsabilidades” inerentes aos cargos assumidos.

Passando, de imediato, a uma análise mais pormenorizada dos resultados obtidos, observamos que o Partido Socialista (PS) e a Coligação Democrática Unitária (CDU), apesar de contabilizarem já nas suas fileiras uma percentagem significativa de autarcas com grau de instrução de nível superior, é ainda apreciável o número daqueles que possuem apenas a instrução primária (vidé Quadro

3). Esta situação é tanto mais notória no que respeita ao grupo dos eleitos às Presidências de Junta. Em oposição, é de realçar que os autarcas eleitos pelo Partido Social Democrata (PSD), Centro Democrático Social (CDS) e restantes formações partidárias (Partido Renovador Democrático-PRD; Movimento Democrático Popular-MDP; Grupo de Cidadãos Independentes-GCI), se afastam claramente desta linha tendencial. É de sublinhar que no PSD apenas 5,9% dos eleitos apresentam a escolaridade mínima, enquanto que nos restantes partidos se denota a ausência de qualquer efectivo com esse grau de instrução. Em particular, no que se refere ao executivo municipal, detectámos que existe uma tendência nítida para que os autarcas eleitos para este órgão sejam detentores de um curso ou frequência universitária, independentemente do partido que representam — respectivamente 50% dos eleitos do PS, 75% dos eleitos do PSD e 66,6% dos autarcas da CDU.

Quadro 3: Grau de escolaridade dos autarcas eleitos nas eleições de 1982, 85 e 89 (por partido político)

		PS	PSD	CDU	CDS	PRD	MDP	GCI	Total
Instrução	Primária	25%	5.9%	37.5%					17.6%
Ensino Secund.	Completo		11.8%	12.5%	33.3%				11.8%
	Incompl.	25%	23.5%	12.5%		100%	100%	100%	21.6%
		25%	35.3%	25%	33.3%	100%	100%	100%	33.4%
Curso Médio	Completo		17.6%	12.5%					7.8%
	Incompl.	5%	5.9%						3.9%
		5%	23.5%	12.5%					11.7%
Curso Superior	Completo	35%	29.4%		66.7%				27.5%
	Incompl.	10%	5.9%	25%					9.8%
		45%	35.3%	25%	66.7%				37.3%
									100%

4. Uma outra observação que se nos afigura ser pertinente efectuar, prende-se com o *estatuto sócio-profissional* dos eleitos locais.

Os autarcas parecem ser dotados de um estatuto sócio-profissional relativamente elevado, pois 29,4% dos eleitos são “quadros superiores e profissionais liberais” e 19,7% são “proprietários e dirigentes industriais” (vidé quadro 4). Este facto não poderá ser dissociado da constatação anterior que nos indicava que a qualificação escolar dos eleitos locais era tendencialmente elevada. Com o intuito de melhor sustentarmos esta ideia, parece-nos ser oportuno referir aqui que J. Mozzicafreddo, por intermédio de um inquérito aplicado a 55 Presidentes de Câmara, apurou que a um estatuto sócio-profissional elevado se associava uma qualificação escolar também elevada. Em face deste ponto de vista, um olhar mais atento ao Quadro 4 permite-nos então afirmar que parece haver indícios de que esta tendência está também presente nos dados por nós recolhidos.

Existem, no entanto, nuances ao nível da qualificação e do estatuto sócio-profissional dos autarcas, conforme a filiação partidária e o órgão para o qual foram eleitos, e que importa evidenciar.

No conjunto dos eleitos aos órgãos autárquicos do concelho, denota-se que os “quadros superiores e profissionais liberais” e, com menor expressão, o “pessoal técnico médio e de enquadramento” predominam no PS, sendo de sublinhar a ausência de “dirigentes e proprietários industriais”. Este partido é, por outro lado, o que distribui mais equilibradamente os seus eleitos, por todos os estratos socio-profissionais considerados (vidé Quadro 4). No entanto, não queremos deixar de realçar os resultados apurados, em contraponto aos obtidos por Mozzicafreddo, em que a maior incidência dos eleitos do PS se localizava no “pessoal técnico médio e de enquadramento”, nos “empregados do comércio e dos serviços”, nos “dirigentes e proprietários industriais” e ainda no “operariado industrial e agrícola”.

Na CDU predominam os eleitos pertencentes ao “pessoal técnico médio e de enquadramento” e os “empregados do comércio e dos serviços”. Em oposição ao caso descrito, é de referir que os autarcas do PSD e CDS são fundamentalmente recrutados dos “quadros superiores e profissões liberais” e dos “dirigentes e proprietários industriais”. Importa realçar que nestes dois partidos não existe qualquer representante dos “patrões agrícolas” e do “operariado industrial e agrícola”. Mais uma vez se nos assevera ser de elevada pertinência assinalar a discrepância entre os resultados por nós obtidos e os valores apurados por Mozzicafreddo. Relativamente ao CDS, o autor apurou que a importância dos “patrões agrícolas” e dos “patrões do comércio e serviços” era assinalável, não sendo dispicienda a expressão dos eleitos das categorias “reformados, domésticas e estudantes”.

Num outro plano de análise, é possível constatar que nas Presidências de Junta é claro o predomínio do “pessoal técnico médio e de enquadramento”, enquanto que nos órgãos municipais se denota a sobrerepresentação dos dois grupos sócio-profissionais mais elevados.

Em síntese, poder-se-á dizer que parece esboçar-se uma tendência no sentido da elevação do estatuto sócio-profissional e grau de instrução dos eleitos, segundo a importância e o prestígio do cargo que ocupam na hierarquia político-partidária. Perante o exposto, uma questão se nos coloca claramente: estaremos perante a tendência para a *profissionalização dos eleitos locais*?

Quadro 4: Composição sócio-profissional dos eleitos locais por partido político com mandatos nas eleições locais de 1982, 85 e 89 no total dos três órgãos autárquicos do concelho

	PS	PSD	CDU	CDS	MDP	PRD	GCI	Total
A	35%	29.4%	12.5%	66.6%				29.4%
B		41.2%	12.5%	33.3%	100%			19.7%
C	15%	5.9%						7.8%
D	10%							3.9%
E	25%	17.6%	25%				100%	21.6%
F	10%		25%			100%		9.8%
G	5%		12.5%					3.9%
H		5.9%	12.5%					3.9%
								100%

A - Quadros Superiores, Públicos, Privados, e Profissões Liberais e Técnicas

B - Dirigentes e Proprietários Industriais

C - Patrões do Comércio e Serviços

D - Patrões Agrícolas

E - Pessoal Técnico, Médio e de Enquadramento

F - Empregados de Comércio e dos Serviços

G - Operários Industriais e Agrícolas

H - Reformados, Domésticas e Estudantes

5. No sentido de responder a esta questão, e dados os elementos de resposta que já foram fornecidos, não quisemos deixar de avaliar o *peso que cada classe social* ¹⁷ *detém* no conjunto dos eleitos por cada partido e por órgão autárquico. Poder-se-á delinear diferenciações a estes dois níveis? *Quem são, socialmente falando, as elites políticas locais?*

Se atentarmos ao Quadro 5 fácil nos é constatar que em paralelo à sobrerepresentação da Pequena Burguesia (com 64,7%), denota-se a fraca representatividade dos autarcas localizáveis no Operariado (apenas 7,8%).

Importa salientar desta análise que os dois partidos que apresentam uma base social de recrutamento mais interclassista parecem ser o PS e a CDU, dado que os seus efectivos se distribuem pelas três classes sociais consideradas, sendo também os únicos partidos que possuem nas suas fileiras representantes do Operariado.

Em oposição, o PSD, o CDS e o MDP recrutam privilegiadamente os seus eleitos na Burguesia. No caso particular do PSD, nota-se, no entanto, um certo equilíbrio entre os efectivos provenientes da Burguesia e os oriundos da Pequena-Burguesia.

A um outro nível de análise, foi possível observar que a classe burguesa apresenta uma forte presença no executivo municipal, enquanto que nas Presidências de Junta é considerável o número de autarcas oriundos da classe operária.

Para concluir, diremos apenas que de acordo com o grau de importância do órgão local para que foram eleitos, os autarcas parecem deter um crescente capital escolar, profissional, económico e social. Parece-nos ser lícito afirmar que estamos a assistir a uma “certa profissionalização dos eleitos para os órgãos autárquicos, verificando-se uma evolução positiva das categorias sócio-profissionais com níveis de instrução e de rendimentos mais elevados”. Esta tendência indica a atribuição de cargos autárquicos a camadas sociais mais favorecidas¹⁸.

Quadro 5: Classes e fracções de classes por eleitos locais nas eleições de 1982, 85 e 89 por partido político no total dos três órgãos autárquicos do concelho

		P.S.	P.S.D	C.D.U	C.D.S	M.D.P.	P.R.D	G.C.I.	Total
B	BEP	5%	23.5%	.	66.6%	100%			15.7%
	BDP		29.4%	12.5%					11.8%
		5%	52.9%	12.5%	66.6%	100%	0	0	27.5%
PB	PBTE	35%	35.3%	25%	33.3%				31.4%
	PBE	20%	5.9%	25%			100%	100%	17.6%
	PBPR	30%	5.9%						13.7%
	C	5%							2%
		90%	47.1%	50%	33.3%	0	100%	100%	64.7%
O	OI	5%		37.5%					7.8%
	OA								
		5%	0	37.5%	0	0	0	0	7.8%
									100%

B - Burguesia

BEP - Burguesia Empresarial e Proprietária
BDP - Burguesia Dirigente e Profissional

PB - Pequena Burguesia

PBTE - Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento
PBE - Pequena Burguesia de Execução
PBPR - Pequena Burguesia Proprietária
C - Campesinato

O - Operariado

OI - Operariado Industrial
OA - Operariado Agrícola

Em suma, mais do que extrair conclusões, os quadros analisados permitem-nos deixar aqui duas interrogações: Estaremos perante uma *deslocação das camadas sociais mais baixas para os órgãos dotados de menor peso político e decisório* (Assembleia Municipal e Junta de Freguesia)? Estaremos perante uma *maior selecção social* por parte dos partidos que preferem colocar nos órgãos com um carácter mais acentuadamente decisional e de maior exigência oratória e linguística, aqueles eleitos que são detentores das mais elevadas componentes social, escolar e profissional?

A emergência dos líderes políticos locais, algumas fontes de recrutamento.

6. Na sequência da análise que temos vindo a efectuar, parece-nos que seria pertinente clarificar os *motivos* que induziram os autarcas a perseguir uma carreira política (local). Embora existam algumas variantes na ordem de motivos subjacentes à opção dos eleitos em assumir funções nos órgãos autárquicos, é no entanto possível delinear duas grandes tendências motivacionais:

a) da primeira, fazem parte os autarcas que assumiram cargos autárquicos por decisão (ou “imposição”) do próprio partido (37,3% dos eleitos).

b) na segunda, inserem-se aqueles que se consideram investidos de uma missão de serviço em prol da comunidade local (35,3% dos eleitos) (vide Quadro 6)

A primeira tendência, atrás alinhada, está associada a um certo percurso político-partidário que é exigido ao militante, se quiser converter-se num potencial eleito local. Com efeito, é a direcção do aparelho partidário que determina a formação das listas propostas a sufrágio. A sua actuação é condicionada em grande medida pela avaliação que faz à experiência, vivência e dedicação demonstrada pelo(s) potencial(is) candidato(s), no que respeita ao seu empenhamento nas actividades autárquicas e intra-partidárias. Neste caso em particular, a secção local do partido desempenha um papel-chave na emergência e formação dos líderes políticos locais. Em consequência, o aparelho partidário funcionará para alguns indivíduos, como um “trampolim” de acesso aos lugares de poder da autarquia.

A análise do segundo nível de motivações, remete-nos para a designada “ideologia de serviço”. Parece ser possível afirmar que, neste domínio, se denota a existência de uma homologia entre o “campo religioso” e o “campo político”. De facto, à semelhança da consagração do clero a um ideal de serviço de carácter eminentemente religioso-doutrinal, na política ocorre a consagração dos autarcas em prol das comunidades locais. Na óptica dos defensores da “visão messiânica”, as necessidades colectivas e o bem-estar das populações locais sobrepõem-se aos interesses individualistas, que visam acima de tudo a satisfação do “eu”, como por exemplo a necessidade de afirmação política e de reconhecimento social no meio. Deste modo, ao sacralizarem a “missão de serviço” de que foram incumbidos, os eleitos locais acabam por subvalorizar a hierarquia e a competição pelos lugares de poder, na medida em que consideram ilegítima toda e qualquer aspiração de ascensão social e política (significado expressivo da política).

Se efectuarmos agora uma análise comparativa às motivações dos eleitos por órgão autárquico, não se detectam diferenciações assinaláveis entre os eleitos à Assembleia Municipal e os eleitos às Presidências de Junta. Não obstante, é de registar uma ligeira nuance, e que importa assinalar. Ao contrário da situação precedente, no executivo municipal denota-se uma inversão na ordem dos motivos que reúnem maior consenso: em primeiro lugar, posiciona-se a “decisão do

partido”, com 46,2%, enquanto que, em segundo lugar, surge o “ideal de serviço”, que foi apontado por 23% dos autarcas (vidé Quadro 6). Poder-se-á, então, concluir-se daqui que, para o órgão executivo e mais influente na vida do concelho, haja a preocupação em ser o aparelho partidário a determinar quais as pessoas que se devem candidatar à Presidência e vereação da Câmara.

Quadro 6: Motivos de adesão às funções autárquicas, por parte dos eleitos locais, por órgão autárquico

	P.J.	A.M.	C.M.	Total
Curiosidade	4.8%	11.8%		5.9%
Gostar do Concelho	4.8%		7.7%	3.9%
Solicitação de amigos e da população	9.5%	11.8%		7.8%
"Ideal de Serviço"	38%	41.2%	23%	35.3%
Solicitação ou decisão do partido	33.3%	35.2%	46.2%	37.3%
Aspirações de ordem pessoal	4.8%			2%
Outras	4.8%		23%	7.8%
				100%

Ainda relativamente a esta temática, parece-nos que seria de alguma pertinência confrontar estas conclusões com a análise desenvolvida em França, por J.Becquart-Leclercq. Num total de 37 Presidentes de Câmara inquiridos pela autora, cerca de 48,6% considera que a sua opção foi determinada pelas influências provenientes do seu meio familiar. Está-se, assim, perante indivíduos que possuem, na geração ou gerações anteriores à sua, familiares que também foram autarcas. Face a estes resultados, J.B.-Leclercq fala da existência de uma certa “herança político-cultural”¹⁹, que seria transmitida pela família. Ao transpormos essa observação para o nosso campo de análise, não encontramos qualquer relação de associação entre o exercício de funções autárquicas e a influência do meio familiar.

7. Relativamente ao *carácter da primeira experiência política e/ou partidária*, é de assinalar que a maior percentagem dos eleitos (39,3%), iniciou a sua carreira política por via da assumpção de cargos nos órgãos locais de poder (vidé Quadro 7). Todavia, se efectuarmos uma análise comparativa aos três órgãos autárquicos, ressalta a existência de uma linha de clivagem entre os eleitos para as Presidências de Junta e os autarcas eleitos para os órgãos municipais.

Os resultados por nós apurados parecem trazer alguma luz sobre a relação de dependência entre a primeira experiência político-partidária e o órgão para o qual os eleitos foram mandatados. De facto, não parece descabido afirmar que, no recrutamento de potenciais eleitos, as estratégias dos partidos variam de

acordo com o órgão autárquico. Nesta óptica, é de sustentar a ideia segundo a qual, no processo de recrutamento, o aparelho partidário põe em jogo uma dualidade de critérios. Por um lado, na escolha de potenciais candidatos, os partidos privilegiam aqueles em quem depositam uma maior confiança política, encorajando por essa via a selecção de indivíduos com base na sua lealdade e serviço prestado ao aparelho partidário (militantes de base e quadros partidários). Por outro lado, para a Presidência da Assembleia de Freguesia, o maior dilema reside fundamentalmente em apresentar um candidato com prestígio e com boa inserção local, dado que em princípio a Junta de Freguesia será o órgão local dotado de maior visibilidade social e de penetração junto das populações locais. Não podemos ignorar que os Presidentes de Junta são os “elementos do poder” que a população mais facilmente encontra. Daí ser cada vez mais usual o convite efectuado pelos partidos a “cidadãos independentes” e com forte inserção na sociedade local. Face ao exposto, não nos surpreenderá o facto de o fenómeno dos “independentes”²⁰ ter maior expressão no seio dos Presidentes de Junta (cerca de 33,3%) (vidé Quadro 7).

Quadro 7: Explicitação do carácter da 1.ª experiência política e/ou partidária dos eleitos locais, segundo o último cargo exercido num dos três órgãos autárquicos do concelho

	P. J.	A. M.	C. M.	Total
Por convite via Autarquia Local (1)	33.3%		15.4%	17.7%
Via autarquia (2)	19.1%	29.4%	15.4%	21.6%
Via assumpção de cargos nas Secções Locais dos Partidos	23.8%	35.3%	46.2%	33.3%
Via sindical	9.5%	17.6%		9.8%
Via movimentos juvenis ou juventudes partidárias.	4.8%	5.9%	7.7%	7.8%
Campanhas contra o Estado-Novo		3%	7.7%	3.9%
Outras	9.5%		7.7%	5.9%
				100%

(1) - São os “Independentes”, i.e., autarcas não filiados em Partidos Políticos.

(2) - Indivíduos que começaram a sua carreira política por intermédio das autarquias mas, já como militantes de um Partido.

Na nossa perspectiva, a razão de ser desse convite não é aleatória, antes ancora numa estratégia de recrutamento cada vez mais selectiva, não circunscrita em exclusivo ao universo de militantes, na medida em que põe em jogo uma pluralidade de interesses, símbolos e valores. Assim sendo, é de admitir a ideia que, quando esse processo de recrutamento extravaza o universo político-partidário, o alvo preferencial da sua escolha vá incidir sobre os indivíduos que se notabilizaram e se distinguiram na sociedade local, nomeadamente como dirigentes das associações locais. Estes passam a constituir então uma eventual fonte de recrutamento, colocada à disposição das estruturas partidárias. Esta ideia parece constituir uma hipótese analítica interessante, e daí os desenvolvimentos que a seguir se apresentam serem relativos a esta questão. Parece, assim, justificada a necessidade de se analisar a participação dos autarcas nas associações locais, o que é por nós encarado como um dos indicadores privilegiados para avaliar, por um lado, o grau de inserção dos eleitos na sociedade local e, por outro, para averiguar o papel que o tecido associativo tem desempenhado na emergência dos líderes políticos locais.

Neste contexto, pensamos ser de realçar o facto de os eleitos participarem de forma activa nas associações com sede local, pois cerca de 41,2% dos autarcas pertencerem a duas ou três associações locais e apenas 9,8% nunca fizeram parte de qualquer colectividade (vidé Quadro 8).

Quadro 8: N.º de pertenças dos eleitos locais às associações locais por órgão autárquico do concelho (em %)

Nº de Pertenças	P.J.	A.M.	C.M.	Total
0	14,3	-----	15,4	9.8
1	23,8	47,1	30,8	33.3
2	23,8	11,8	23,1	19.6
3	28,6	17,6	15,4	21.6
4	-----	-----	15,4	3.9
5	4,8	5,9	-----	3.9
>=6	4,8	17,6	-----	7.8

Em face destes resultados, de imediato uma questão se coloca no centro da nossa atenção: com que associações os eleitos se relacionam de forma mais estreita?

Da observação do Quadro 9 depreende-se que é com as associações desportivas em primeiro lugar, e, de seguida, com as associações recreativas, que os autarcas mantêm uma relação mais próxima, uma vez que é nelas que o eleitos geralmente assumem funções dirigentes (vidé Quadro 9).

Quadro 9: Direcção de associações locais, por órgão autárquico para que foram eleitos (nas eleições de 1982, 85 e 89)

Associações	<i>P.J.</i>	<i>A.M.</i>	<i>C.M.</i>	Total
Desportivas	11.1	0	36.4	47.5
Recreativas	11.1	0	27.2	38.3
Culturais	5.5	11.8	0	17.4
Solidar.Social	5.5	5.9	9.1	20.5
Cooperativas	11.1	11.8	0	22.9
Sindicais	0	17.6	9.1	26.7
Religiosas	5.5	0	0	5.5
Patronal/Empresarial	0	0	9.1	9.1
Outras	0	11.8	9.1	20.9

A acumulação de cargos dirigentes nas associações desportivas, nomeadamente nas estruturas de futebol profissional, por parte dos autarcas; ou então, a indicação de dirigentes desportivos para candidatos à Câmara é um fenómeno que assume uma crescente relevância no nosso país, sobretudo na Região Norte. Este fenómeno aparece, “em regra geral”, associado às estratégias de carácter instrumental que são postas em prática pelas próprias colectividades locais, em ordem a obter um maior número de apoios, quer de carácter material (subsídios) quer simbólico (por ex. a presença do Presidente de Câmara nos seus órgãos dirigentes, nos seus jantares comemorativos). Nesse sentido, algumas associações locais chegam mesmo a convidar os autarcas para aí assumirem cargos de prestígio, como Presidente de Honra e Membro Honorário. Porém, não raro, essa é a única “fórmula” encontrada pelas colectividades para garantir a sua “sobrevivência” — ou adquirir equipamentos que garantam a sua participação na competição de carácter profissional.

Por outro lado, não podemos ignorar que a intervenção nas colectividades locais (intervenção colectiva não política) poderá criar uma maior sensibilidade e até apetência para a adesão a partidos políticos ou ao exercício de cargos políticos autárquicos, revelando-se como mais uma forma de servir a comunidade pela via da política²¹. Parece-nos que este argumento é válido sobretudo para aqueles autarcas que assumiram funções na autarquia como “independentes”.

De uma forma geral, no concelho de Gondomar, os dirigentes associativos que são convidados pelos partidos a integrar as listas propostas a sufrágio nas eleições locais tendem a concorrer como candidatos “independentes” e, na maioria dos casos, mantêm esse estatuto mesmo depois de eleitos. De facto, do total dos Presidentes de Junta que exercem funções dirigentes nas colectividades, cerca de 63% pertence ao grupo dos “independentes”. Não podemos deixar de detectar aqui a existência de uma certa relação de associação entre o facto desses eleitos, previamente à sua eleição, serem dirigentes associativos, e o facto de quando eleitos assumirem funções autárquicas como “independentes”.

Os partidos políticos actuam de forma estratégica, na medida em que vão captando para as suas fileiras aqueles que se distinguiram na direcção das colectividades locais. A imagem de uma gestão competente, eficaz e dinâmica à frente dos destinos das associações, sugere a ideia de que, provavelmente, serão capazes de ter o mesmo desempenho, uma vez eleitos para os órgãos autárquicos.

Um indivíduo que seja possuidor de um “background” ligado ao movimento associativo, é, em simultâneo, detentor de um capital simbólico (ser conhecido, ser reconhecido, ter boa reputação) que não é ignorado pelas estratégias de recrutamento político-partidárias, sendo muito provável que se torne num potencial eleito local.

Será que a relação de associação já referida estará presente nos eleitos à Assembleia Municipal?

Como já vimos atrás (vidé Quadro 7), não se detecta qualquer relação de dependência entre os dois factos, dado que o fenómeno dos “autarcas-independentes” não assume qualquer relevância no interior do órgão deliberativo do município. A assumpção de cargos políticos e associativos foi quase sempre concomitante, não se vislumbrando aí qualquer relação, quer de precedência, quer de procedência. Tal poderá ser imputado ao facto de a Assembleia Municipal não se configurar aos olhos dos eleitores como um órgão dotado de elevada “visibilidade social”²². Esta será uma das razões que justificará a atitude das formações partidárias, que vai no sentido de, habitualmente, não recorrer às pessoas prestigiadas no meio, quando se trata de formar as listas de candidatos àquele órgão. Em consequência, é dada prioridade aos indivíduos que são seus militantes de base ou “quadros partidários”.

Ainda que o executivo municipal se configure como um órgão dotado de elevada “visibilidade social”, é ao aparelho partidário que cabe seleccionar os potenciais eleitos à Câmara. Daí não ser surpreendente a presença de apenas 15% de eleitos com o estatuto de “independentes”, que, por seu lado, corroboram a relação de associação já assinalada (vidé Quadro 7). Julgamos ser pertinente referir que, para os restantes membros do executivo camarário, a assumpção de cargos dirigentes nas colectividades só ocorre após a sua passagem pela autarquia.

Face ao exposto, é possível discernir, no conjunto dos eleitos locais, dois conjuntos bem distintos: um, que é formado pelos autarcas que possuem uma posição de “notável” pré-estabelecida à sua eleição. Neste caso, o partido assume uma função meramente secundária, visto que vem coroar um estatuto já dominante e prestigiado na sociedade local (recorde-se, o caso dos “autarcas-independentes”). Porém, para os restantes autarcas, o partido serve de “trampolim” e de alicerce ao desenrolar de toda a sua carreira política.

Embora a desmontagem aqui efectuada — à aparente homogeneidade do grupo dos eleitos locais — nos tenha revelado que estamos perante um grupo fracturado, com correspondentes clivagens internas, é de ressaltar que a trajetória política dos autarcas é norteadada por um forte enraizamento local, fruto, em grande medida, da sua inserção no movimento associativo local. Assim sendo, as colectividades locais parecem assumir desta forma uma funcionalidade mul-

tifacetada que importa explicitar. Se, por um lado, constituem num meio privilegiado de enraizamento, socialização e preparação dos indivíduos para a assumpção de cargos dirigentes, quer na autarquia, quer noutros domínios, por outro lado, têm contribuído, por essa via, para a consolidação da carreira política dos autarcas, pois a pertença dos eleitos às associações locais é um meio fácil e aparentemente neutro de angariar votos, fidelidades e redes de influência que extravazam a mera esfera política, ao mesmo tempo que constitui uma garantia da sua futura reeleição.

Continuidade e consolidação da(s) elite(s) política(s) local(ais)

Para uma melhor caracterização da(s) elite(s) política(s) local(ais), e detendo-nos ainda na sua trajectória política, convirá fazer uma breve referência aos fenómenos da *permutabilidade e acumulação* de cargos político-partidários.

8. Da análise dos Quadros 10 e 11, pode depreender-se que, do total dos eleitos, cerca de 88,2% já ocuparam cargos autárquicos e na Assembleia da República. enquanto que os restantes 11,8% nunca ocuparam qualquer cargo político anterior à sua função. Porém, é de notar que apenas 2% diz respeito a cargos nos órgãos do poder central, já que a maior percentagem refere-se a cargos exercidos no executivo de freguesia (vidé Quadro 10). A este propósito é de registar que nenhum dos Presidentes de Câmara entrevistados (todos os que ocuparam este cargo desde o 25 de Abril de 1974) fez a sua passagem pela Assembleia da República ou qualquer órgão do poder central.

Em contraponto ao observado, é de assinalar que os resultados apurados por Mozzicafreddo²³ divergem claramente dos acima referenciados. Do total dos Presidentes de Câmara inquiridos pelo autor, 27,3% já tinha ocupado cargos na Assembleia da República, e somente 9,1% já tinha ocupado funções na Junta de Freguesia.

Quadro 10: Número e carácter dos cargos políticos exercidos pelos eleitos locais (em %)

nºCargos	Orgãos Fregues.	Assembl Municip.	Câmara Municip.	Conseih Municip.	Assembl República	Nenhum	Total
0						11,8	11,8
1	23,5	17,6	23,5	3,9	2		70,5
2	17,6	5,9	9,8				33,3
3	5,9	3,9	3,9				13,7
4	2	2					4
5	2						2
>5							0
	51	29,4	37,2	3,9	2	11,8	

Outra observação que não quisemos deixar de efectuar prende-se com o facto de ainda não haver uma tendência nítida para a acumulação de cargos políticos (autarcas com três ou mais mandatos). Com efeito, cerca de metade dos eleitos (52,8%) estão nos órgãos do poder local há apenas um ou dois mandatos (4-8 anos). Todavia, parece esboçar-se já uma propensão crescente para a acumulação, o que é mais notório no subgrupo dos Presidentes de Junta (vidé Quadro 11).

Quadro 11: Número de mandatos acumulados pelos eleitos locais, por órgão autárquico do concelho (em %)

Nº Mandatos	Presid. Junta	Assembl. Municip.	Câmara Municip.	Total
0	9.5%	5.9%	23%	11.8%
1	14.3%	47.1%	30.8%	29.4%
2	33.3%	17.6%	30.8%	27.5%
3	19.1%	11.8%		11.8%
4	23.8%	17.6%	15.4%	19.6%
				100.1%

Relativamente à mobilidade política entre os cargos, ela é tendencialmente baixa. No entanto, não podemos deixar de assinalar aqui algumas nuances. A mobilidade é mais reduzida no seio dos eleitos ao executivo de freguesia, processando-se privilegiadamente em direcção à Assembleia Municipal. Contrariamente ao observado, é de notar que na Assembleia Municipal a mobilidade processa-se com mais frequência entre este órgão e a Câmara Municipal.

Relativamente ao executivo camarário, ocorre um número superior de movimentações entre a Câmara e o órgão deliberativo. Efectivamente, observa-se que o executivo municipal parece ser, de todos os órgãos autárquicos, aquele que apresenta uma mobilidade superior. No entanto, há que ter em consideração que é também o órgão que se caracteriza por uma renovação interna mais significativa, face à configuração apresentada pelos restantes órgãos.

Em jeito de conclusão, dir-se-ia que, independentemente do órgão para que foram eleitos, praticamente todos os autarcas se pautam por uma carreira política que “começa e acaba ao nível local, raramente ocupando lugares no Governo, na Administração Pública Central ou nos órgãos nacionais dos partidos políticos”²⁴. Esta observação, efectuada por Mozzicafreddo, refere-se em particular aos Presidentes de Câmara, porém, a análise aqui efectuada para além de confirmar essa tendência, torna-a extensiva aos restantes eleitos locais.

Poder-se-á ainda concluir da existência de uma tendência no sentido da continuidade da(s) elite(s) autárquica(s) e política(s) do concelho de Gondomar,

uma vez que até mesmo o fenómeno da “dissidência partidária” não constitui um elemento de quebra da carreira política dos autarcas. De facto, a esmagadora maioria dos “dissidentes” torna-se a vincular de novo a outro partido (17,6% num total de 21,6%). Estamos perante uma elite (ou elites) que acumula(m) experiência na autarquia e raramente ascende(m) a posições de carácter supralocal.

Considerações Finais

A exposição que acabámos de fazer parece evidenciar, com clareza, a existência de um perfil-tipo dominante do eleito do concelho de Gondomar, e que ancora fundamentalmente em três requisitos-chave: um forte enraizamento local, um certo grau de profissionalismo e uma trajectória política eminentemente local.

É a acumulação de tais *requisitos distintivos* em determinado(s) indivíduo(s) que condiciona, se não determina, a sua capacidade de intervenção na vida política local, bem como a sua ascensão aos lugares do topo da escala do poder autárquico. Como ficou demonstrado, os agentes sociais posicionam-se de forma estruturada, e logo diferenciada no tabuleiro do “jogo político local”. Com efeito, esses recursos concentram-se num determinado grupo restrito, o que à partida quer significar que existem desiguais possibilidades de acesso aos lugares de poder, que se tornam, em consequência, inacessíveis aos segmentos sociais que não são portadores dos referidos recursos.

Por outro lado, da análise efectuada, torna-se claro que, mesmo no interior da “minoría” que é escolhida para exercer funções autárquicas, é possível encontrar uma hierarquia de poder e prestígio inerente ao “valor” dos lugares em competição. As evidências empíricas disponíveis autorizam-nos a concluir da existência de um “mercado político”²⁵ simbolicamente hierarquizado, no qual a concorrência e a competição política têm subjacente mecanismos de selecção social. De acordo com esta perspectiva, podemos admitir que o nível de competitividade e de selectividade tenda a ser mais elevado para os potenciais eleitos à Câmara Municipal comparativamente aos restantes eleitos. Relembre-se, a propósito, que os vereadores e os Presidentes de Câmara são as figuras políticas que concentram em si os mais elevados índices dos componentes já assinalados. Enquanto que os factores eventualmente impeditivos da ascensão política (por exemplo a ausência de competências linguísticas, oratórias, estilísticas, culturais e corporais) tendem a ser neutralizadas relativamente aos potenciais candidatos a Presidentes de Junta, o que não acontece no que concerne aos eleitos para os órgãos municipais.

Em termos conclusivos, lançámos o desafio para quem quiser “desbravar este campo” a fim de encontrar outros e novos caminhos no interior deste vasto “mercado político”, onde existem níveis qualitativa e quantitativamente diferentes de competição.

Notas

- 1 P.Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1986, p.164
- 2 Acerca do concelho de Gondomar e de uma forma sucinta, direiros que se situa na margem direita do Rio Douro, mais concretamente a leste da cidade do Porto, sendo constituído por 12 freguesias, ocupa uma área de cerca de 133 Kms.2, onde se concentra uma população que continua a aumentar a um ritmo intenso. Só a título meramente ilustrativo, é de referir que, em 1991, o concelho contabilizava um total de 138.424 habitantes.
Internamente, o próprio concelho é atravessado por uma linha de fractura que o divide em duas partes: o "alto" e o "baixo" concelho. Estamos, assim, perante um concelho heterogéneo, profundamente marcado por essa dicotomia, que não é apenas uma divisão morfológica, mas também populacional e económica. De um lado, temos as freguesias que se encontram mais perto do Porto, que se caracterizam pela urbanidade, pelas altas taxas de densidade populacional e pela concentração da indústria, comércio e serviços ("baixo" concelho) e, do outro lado, temos a ruralidade, a baixa densidade populacional e o predomínio da agricultura ("alto" concelho).
Para uma melhor caracterização do concelho de Gondomar, veja-se Maria Manuela Mendes, *A elite Política e as Modalidades de Gestão Autárquica do Concelho de Gondomar* (trabalho de investigação efectuado no Seminário — Poder Local e Desenvolvimento), Porto, Fac.de Letras da Universidade do Porto, 1991/92; J.A.Rio Fernandes "Crescimento e Distribuição da População no Município de Gondomar em 1991", jornal *O Repórter de Gondomar*, Agosto de 1991.
- 3 P.Bourdieu, *op.cit.*, p.185 .
- 4 Veja-se Juan Mozzicafreddo et. al., *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, Lisboa, Ed.Escher, 1991. Este estudo serviu-nos de ponto de referência ao longo da elaboração de todo o nosso trabalho de investigação.
- 5 A.Teixeira Fernandes, "Poder Local e Democracia", *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2ºVol., I Série, 1992, p.43 .
- 6 Veja-se P.Grémon. *Le Pouvoir Périphérique*, Paris, Seuil, 1976, ; Jacques Rondin, *Le Sacre des Notables*, Paris, Fayard, 1985.
- 7 F.Ruivo, "Local e Política em Portugal: o Poder Local na mediação entre o centro e a periferia", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº30, 1990, p.90 .
- 8 A.Teixeira Fernandes, *art. cit.*, p. 44 (os sublinhados são nossos).
- 9 P.Bourdieu, *op. cit.*, pp. 190-1
A título meramente elucidativo terá algum interesse referir que, nas eleições locais de 1985, o Partido Socialista no distrito do Porto recandidatou 4 candidatos que já acumulavam funções dirigentes em associações desportivas: o Presidente da Câmara de Matosinhos (Narciso Miranda) era Presidente da Assembleia Geral do Leixões, o Presidente da Câmara de Vila do Conde (Mário de Almeida) estava ligado ao Rio Ave, o Presidente da Câmara de Penafiel (Justino do Fundo) estava ligado ao clube da sua terra, o mesmo se verificava em Santo Tirso, uma vez que o Presidente da edilidade pertencia ao Tirsense (Joaquim Couto).
Veja-se J.Becquart-Leclercq, *Paradoxes du pouvoir local*, Paris, FNSP, 1976, pp. 55-60; Sissel Hovik, "Interests Groups in Norwegian Local Politics", in Harald Baldersheim et al. (orgs.), *New Leaders, Parties and Groups: Comparative Tendencies in Local Leadership*, Bordeaux, Centre d'Études et de Recherche sur la Vie Locale, 1989, pp. 337-57 .
- 10 A.Teixeira Fernandes, *art. cit.*, pp. 43-4
- 11 Maria José Stock, "A Base Social de Apoio e o Recrutamento dos Líderes do PSD e do PSD". *Revista de Ciência Política*, nº1, 1988, p.108
- 12 Veja-se J.Becquart-Leclercq, *op. cit.*, p.31 .
- 13 A. (Ministério da Administração Interna) STAPE, 1982, pp.363-4 .
- 14 A.Teixeira Fernandes, *art. cit.*, p.35 .
- 15 A localização dos entrevistados em classes e fracções de classe, servimo-nos da tipologia proposta por J.F.de Almeida et. al., "Famílias, Estudantes e Universidade", *Sociologia — Problemas e Práticas*, nº4, 1988, pp.11-44 .

- 18 A.Teixeira Fernandes, *art. cit.*, p.42 .
- 19 J.Becquart-Leclercq, *op. cit.*,p.29 .
- 20 O subgrupo dos “autarcas-independentes” é composto pelos eleitos que iniciaram a sua actividade política na autarquia a convite dos partidos políticos, sem, contudo, aderirem à militância partidária.
- 21 Frederico Carvalho, “A política para os outros”, *Semanário Expresso*, 4 de Julho de 1992, p.23-R.
- 22 É de referir que 52,9% dos eleitos à Assembleia Municipal consideram que o poder deliberativo se dilui perante a supremacia dos poderes do executivo municipal e dos poderes presidenciais do Presidente de Câmara. Por outro lado, questionam a sua própria função, ao subvalorizarem o seu papel e a sua real capacidade de intervenção nos processos mais decisivos para o concelho. Consideram que o deputado municipal disfruta de uma posição anódina no sistema político local, na medida em que a sua função se circunscreve, quase em exclusivo, à sua participação nas sessões extraordinárias e ordinárias da Assembleia Municipal, bem como à sua intervenção nas reuniões das comissões especializadas da Assembleia e nas reuniões dos seus grupos parlamentares, sendo praticamente inexistentes os contactos que mantêm com a população e associações locais.
- 23 J.Mozzicafreddo et al., *op. cit.*,pp.134-5 .
- 24 Idem, *ibidem*, p.135 .
- 25 Sendo tributários da terminologia proposta por Daniel Gaxie, utilizamos aqui o termo “mercado político” num sentido mais restrito, referido privilegiadamente ao local, “Les Logiques du Recrutement Politique”, *Révue Française de Science Politique*, nº1, 1980, pp.5-44 .